

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 2023/2022

Florianópolis/SC

## **PRESIDÊNCIA**

Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

## **CORREGEDORIA**

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli

## **DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA**

DGA Alessandro Postali

## **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Diretor Eduardo Cardoso Silva

## **DIVISÃO DE CONTABILIDADE**

Contadora Ellen White Baiense Concenço

## **EQUIPE TÉCNICA**

Contadora Ellen White Baiense Concenço

Contadora Mara Beatriz Guarda Lara

## SUMÁRIO

1. Contexto Operacional
2. Políticas Contábeis
3. Demonstrações Contábeis e Informações Relevantes
  - 3.1. Balanço Patrimonial
    - 3.1.1. Ativo Circulante e Não Circulante
      - 3.1.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa
      - 3.1.1.2. Estoques
      - 3.1.1.3. Outros Direitos a Realizar
      - 3.1.1.4. Imobilizado
      - 3.1.1.5. Intangível
    - 3.1.2. Passivo Circulante e Não Circulante
      - 3.1.2.1. Valores Restituíveis
      - 3.1.2.2. Depósitos Judiciais
      - 3.1.2.3. Precatórios
    - 3.1.3. Patrimônio Líquido
  - 3.2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
    - 3.2.1. Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)
    - 3.2.2. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)
  - 3.3. Balanço Financeiro
  - 3.4. Balanço Orçamentário
    - 3.4.1. Receitas Orçamentárias
    - 3.4.2. Despesas Orçamentárias
  - 3.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa
4. Práticas de Conformidade de Gestão e Contábil
5. Regularidade de Inventário

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A organização da justiça nos estados orienta-se pelas normas estabelecidas na Constituição Federal (artigos 93, 94, 96, 98, 100 e 125), na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/1979) e na Constituição do Estado de Santa Catarina. De acordo com o art. 77 da Constituição Estadual, os órgãos que integram o Poder Judiciário Estadual são:

- I - Tribunal de Justiça;
- II - Tribunais do Júri;
- III - Juízes de Direito e os Juízes Substitutos;
- IV - Justiça Militar;
- V - Juizados Especiais e as Turmas de Recursos;
- VI - Juízes de Paz;
- VII - Outros órgãos instituídos em lei.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina foi criado em 01 de Outubro de 1891, pela Emenda Constitucional nº 45. No entanto, sua instalação foi concluída apenas em 21 de junho de 2005. A sede está situada na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis, SC, e estabelecimentos distribuídos por todo o estado catarinense, num total de 111 Comarcas constituídas. É composto por 96 desembargadores, 445 juízes, 5933 servidores, 18 juízes leigos e 2.432 estagiários e bolsistas.

São órgãos do Tribunal de Justiça, nos termos do art. 4º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

- I - Tribunal Pleno, composto por todos os membros da Corte e convocado mediante sessão extraordinária;
- II - Órgão Especial, composto por 25 membros e com competência prevista no art. 58 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
- III - Seção Criminal;
- IV - Grupos de câmaras de direito civil, os grupos de câmaras de direito comercial, os grupos de câmaras de direito público e os grupos de direito criminal;
- V - Câmaras de direito civil, as câmaras de direito comercial, as câmaras de direito público, as câmaras criminais, as câmaras especiais e a Câmara de Recursos Delegados; e
- VI - Comissões, os conselhos e demais órgãos administrativos criados na estrutura do Poder Judiciário do Estado.

## 2 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As DCASP foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente e normas aplicáveis à contabilidade pública, sobretudo, Lei 4.320/64, Lei Complementar Federal 101/2000, Instrução Normativa TC 020/2015 e orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Os demonstrativos contábeis quantitativos foram elaborados a partir de informações constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e são compostas pelos seguintes relatórios:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea a, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo CFC (Resolução CFC nº 1.330/2011), combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

As disponibilidades e os créditos e obrigações estão mensuradas pelo valor original. Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição. Para mensurar as saídas, é utilizado o método do custo médio ponderado.

As normas sobre depreciação, amortização e exaustão dos bens do Poder Judiciário foram instituídas pela Resolução nº 34/2011 GP, alterada pela Resolução nº 44/2022 GP. O objetivo é atender o inciso VI, § 3º, art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; o art. 103 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964; as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT-SP); bem como os Princípios de Contabilidade. Por isso, a conta de Depreciação Acumulada apresenta valores referentes aos bens adquiridos desde janeiro de 2010. Pela legislação vigente, estão dispensados desses procedimentos os bens na seguinte situação:

- I - natureza cultural, interesse histórico, entre outros;
- II - de uso comum, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III - que não estejam alugados ou em uso;

IV - terrenos.

O método de depreciação e amortização é o de quotas constantes. O valor residual é um percentual calculado sobre o valor de aquisição ou reavaliação. A vida útil e as taxas de depreciação e amortização aplicadas estão demonstradas no quadro 1.

Bens	Vida Útil	VI. Residual	Depreciação
Edificações	25	10%	4,00%
Instalações	10	10%	10,00%
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	10	10%	10,00%
Mobiliário e utensílios em geral	10	10%	10,00%
Equipamentos de tecnologia da informação	5	10%	20,00%
Coleções de Materiais Bibliográficos	10	0%	10,00%
Discotecas e Filmotecas	5	10%	20,00%
Veículos Diversos	15	10%	6,70%
Veículos de Tração Mecânica	15	30%	6,70%
Veículos de Uso da Secretaria	5	40%	20,00%
Veículos de Carga	10	50%	10,00%
Softwares	5	-	20,00%

**Quadro 1: Taxas de depreciação do imobilizado**

A contabilização de Ativo Intangível fundamenta-se na vida útil dos bens, sendo amortizados os bens que possuem vida útil definida. Os bens, cuja vida útil é indefinida, não devem ser amortizados. A política adotada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a amortização de todos os softwares que possuem vida útil acima de dois anos e que pode ser mensurada de forma confiável.

A aquisição de softwares com licença de uso e atualizações por período superior a um ano é lançada no ativo, em despesas pagas antecipadamente. A amortização é feita mensalmente até o encerramento do período contratado.

### 3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

As demonstrações contábeis são elaboradas com base na Lei 4.320/64, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e na Instrução Normativa TC 020/2015.

A contabilidade é realizada através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), que tem por finalidade realizar o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil, consolidando as informações de todas unidades gestoras que compõem o orçamento público estadual.

As demonstrações contábeis foram extraídas diretamente do SIGEF e acrescentadas as notas explicativas necessárias para agregar maiores esclarecimentos aos usuários da informação contábil.

#### 3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

É a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, através de contas representativas do patrimônio público, compensação, financeiras e permanentes. O quadro 2 demonstra a situação patrimonial.

Contas	2023	2022
<b>ATIVO</b>	<b>8.949.534.528,14</b>	<b>8.260.203.215,44</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>8.301.997.142,46</b>	<b>7.614.632.644,16</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.284.094.622,90	7.587.913.020,95
Outros Créditos a Receber	-	10.242.668,00
Estoques	16.882.228,76	13.385.171,23
Prêmios de Seguros a Apropriar	-	16.830,00
Assinaturas e Anuidade a Apropriar	1.020.290,80	3.074.953,98
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>647.537.385,68</b>	<b>645.570.571,28</b>
Investimentos	88.281,88	88.281,88
Imobilizado	637.025.256,86	634.110.042,99
Bens Móveis	311.440.913,26	298.839.023,21
Bens Imóveis	520.812.396,92	514.251.897,26
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas	- 195.228.053,32	- 178.980.877,48
Intangível	10.423.846,94	11.372.246,41
Softwares	34.316.458,87	127.413.775,99
(-) Amortização Acumulada	- 23.892.611,93	- 116.041.529,58
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.949.534.528,14</b>	<b>8.260.203.215,44</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>7.626.077.418,79</b>	<b>6.981.368.214,70</b>
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a CP	1.240.653,26	3.272.592,56
Precatórios de Fornecedores a Curto Prazo	252.203,32	331.607,23
Valores Restituíveis	7.624.584.562,21	6.977.764.014,91
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>6.268.284,63</b>	<b>6.653.192,34</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.268.284,63	6.653.192,34
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.317.188.824,72</b>	<b>1.272.181.808,40</b>
Resultados Acumulados	1.317.188.824,72	1.272.181.808,40

**Quadro 2: Balanço Patrimonial**

Os atos potenciais são compromissos assumidos com terceiros, que irão impactar resultados futuros. São registrados em contas de compensação e estão demonstrados no quadro 3.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		
Direitos Contratuais em Execução	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-
Obrigações Contratuais	48.008.683,23	37.474.724,01
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>48.008.683,23</b>	<b>37.474.724,01</b>

Quadro 3: Quadro das Contas de Compensação

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, conforme se demonstra no quadro 4.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>ATIVO</b>		
Ativo Financeiro	8.284.094.622,90	7.587.913.020,95
Ativo Permanente	665.439.905,24	672.290.194,49
<b>Total Ativo (I)</b>	<b>8.949.534.528,14</b>	<b>8.260.203.215,44</b>
<b>PASSIVO</b>		
Passivo Financeiro	7.638.579.311,44	6.989.262.818,42
Passivo Permanente	7.761.141,21	9.430.949,85
<b>Total Passivo (II)</b>	<b>7.646.340.452,65</b>	<b>6.998.693.768,27</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.303.194.075,49</b>	<b>1.261.509.447,17</b>

Quadro 4: Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Acompanha também o balanço patrimonial o quadro do superávit/déficit financeiro por fonte de recursos. Os saldos apurados decorrem da diferença entre o ativo e o passivo financeiro e estão demonstrados no quadro 5.

FONTE DE RECURSOS	2023	2022
1.500.100.000	6.512,88	20.759.168,41
1.501.101.000	8.210.729,40	2.529.087,93
1.501.240.000	2.492.486,01	1.637.165,81
1.501.260.000	5.009.838,08	4.823.223,04
1.501.269.000	668.312,85	857.157,91
1.501.282.000	29.103.786,44	44.380.489,36
1.756.298.000	648.500,00	-
1.799.282.000	3.457.264,35	-
1.799.283.000	219.465.408,26	292.462.949,14
2.501.101.000	7.387.651,76	4.858.563,83
2.501.240.000	4.359.384,90	71.899.739,52
2.501.260.000	18.108.444,16	311.500,80
2.501.269.000	2.689.099,02	5.485.967,41
2.501.282.000	37.085.704,74	13.285.221,12
2.755.198.000	311.500,80	2.400.813,66
2.756.298.000	3.301.464,26	900.650,60
2.760.282.000	34.394.256,33	
2.799.282.000	6.165.043,01	43.694.140,80
2.799.283.000	262.649.924,21	88.364.363,19
<b>TOTAL</b>	<b>645.515.311,46</b>	<b>598.650.202,53</b>

Quadro 5: Quadro do Superávit e Déficit Financeiro

### 3.1.1 Ativo Circulante e Não Circulante

Esses grupos de contas formam a origem dos recursos utilizados nas atividades da instituição, apresentando os bens e direitos que se realizarão a curto e longo prazo.

#### 3.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta as disponibilidades financeiras, incluindo os valores depositados em contas correntes e os investimentos de liquidez imediata, conforme se demonstra no quadro 6.

Descrição	2023	2022
TJSC - Conta Movimento	154.138.450,18	130.890.846,09
TJSC - Conta Movimento - Spread Sidejud	505.392.389,06	479.288.828,06
Depósitos Judiciais	7.135.545.973,21	6.789.392.919,70
Precatórios de Municípios de SC	248.431.303,91	23.839.710,16
Precatórios do Estado de SC	240.170.421,11	164.027.049,07
Cauções	416.085,43	473.667,87
<b>Total</b>	<b>8.284.094.622,90</b>	<b>7.587.913.020,95</b>

Quadro 6: Demonstrativo de disponibilidades bancárias

No gráfico 1 pode-se visualizar a composição dessa conta, onde se observa que os recursos próprios totalizam 8% e dentre os recursos de terceiros, a maior participação é dos depósitos judiciais (86%).

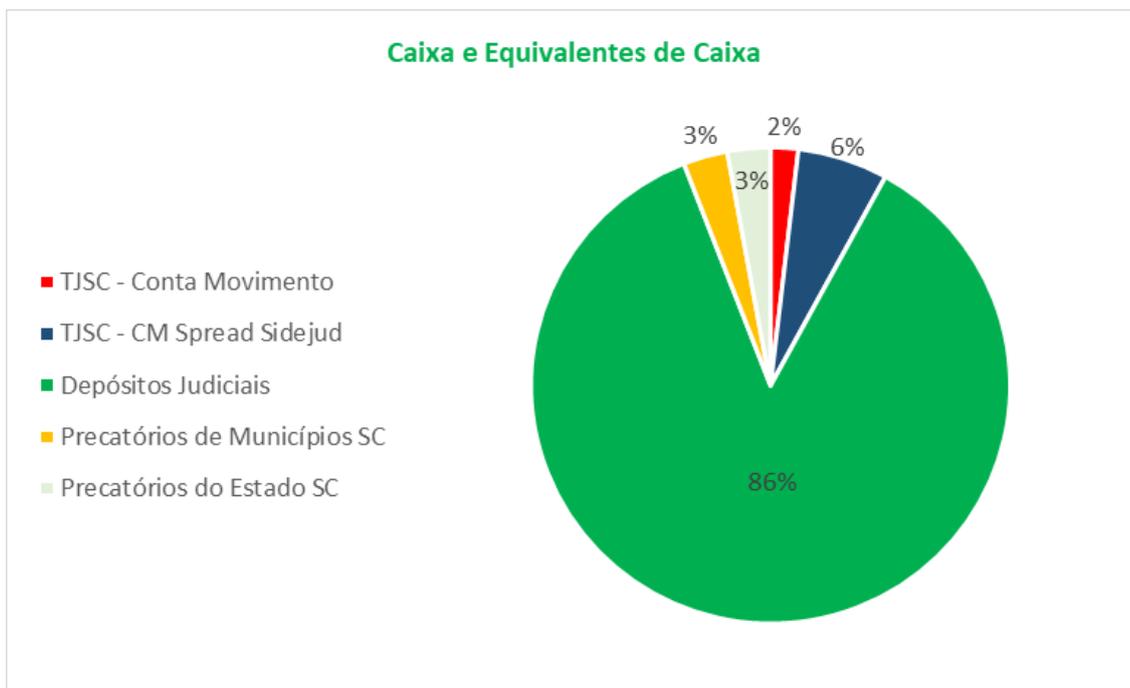


Gráfico 1: Caixa e Equivalentes de Caixa

### 3.1.1.2 Estoques

Os bens são adquiridos e automaticamente contabilizados no ativo imobilizado, devido à política contábil do SIGEF, porém, no Tribunal de Justiça, os estoques são formados por itens de consumo e permanentes.

Os bens são avaliados com base no valor de aquisição. Para mensurar as saídas, é utilizado o método do custo médio ponderado. Além dos bens adquiridos pela própria UG do Tribunal de Justiça, ingressam também nos estoques os bens recebidos em transferência do Fundo de Reparelhamento da Justiça.

Em 31/12/2023, o saldo de materiais de consumo era de R\$ 1.847.192,75 e, de bens móveis, R\$ 15.035.036,01, os quais se encontravam depositados no Almojarifado Central, na data de fechamento do balanço.

### 3.1.1.3 Outros Direitos a Realizar

A conta Assinaturas e Anuidades a Apropriar apresenta valores decorrentes de adiantamentos a fornecedores pela aquisição de sistemas informatizados pagos no início da contratação, porém, com a prestação dos serviços em períodos posteriores. O detalhamento está demonstrado no quadro 7.

Descrição	CNPJ	Valor em R\$	Prazo Restante
Manutenção e Conservação de Software	57.142.978/0001-05	887.238,90	18 meses
Serviço de Assinatura de Banco de Imagens	01.082.331/0001-80	985,30	2 meses
Subscrição de Licença	00.250.388/0001-89	132.066,60	10 meses
<b>Total</b>		<b>1.020.290,80</b>	

Quadro 7: Despesas Pagas a Apropriar.

### 3.1.1.4 Imobilizado

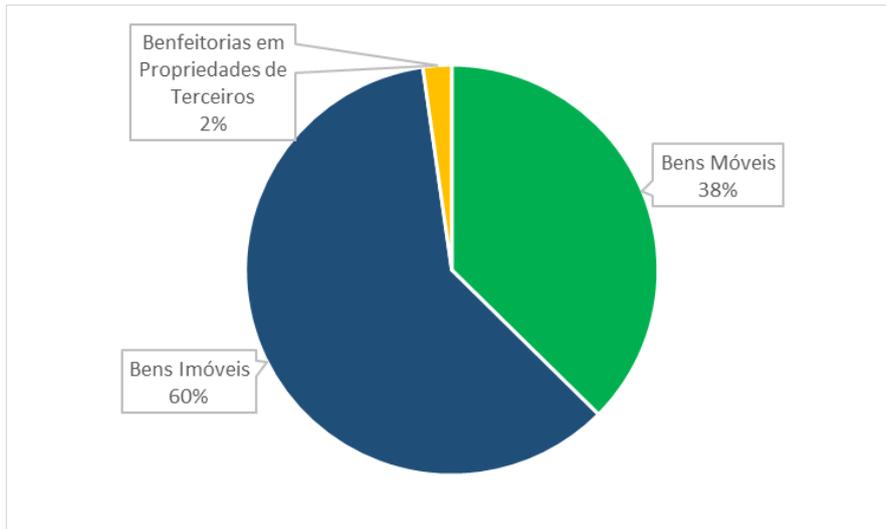
Nessa conta estão contabilizados valores decorrentes da incorporação de bens móveis e imóveis, além das depreciações e amortizações acumuladas, conforme se demonstra no quadro 8.

Descrição	Valor Bruto	Deprec. Acum.	Valor Líquido
Bens Móveis	311.440.913,26	147.740.714,71	163.700.198,55
Bens Imóveis	502.084.785,32	46.576.438,51	455.508.346,81
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	18.727.611,60	910.900,10	17.816.711,50
<b>Total</b>	<b>832.253.310,18</b>	<b>195.228.053,32</b>	<b>637.025.256,86</b>

Quadro 8: Resumo do Imobilizado

As benfeitorias em propriedades de terceiros contêm valores de reformas realizadas em imóveis alugados, cuja amortização é realizada pelo período contratado.

O Gráfico 2 evidencia a classificação dos bens móveis.



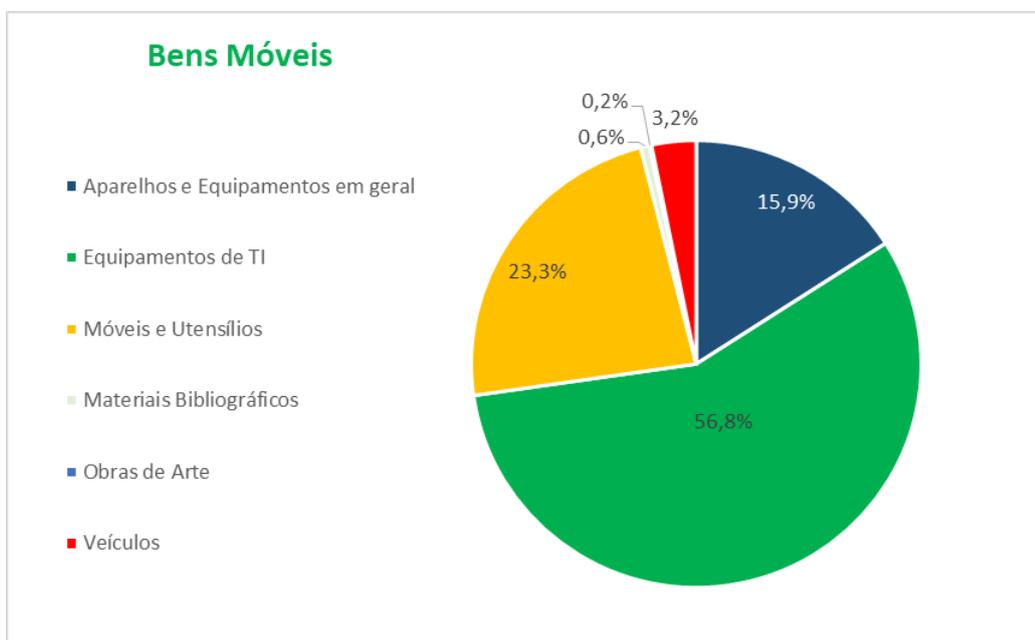
**Gráfico 2: Grupos de Bens do Imobilizado**

O quadro 9 apresenta a composição dos bens móveis por tipo de bem.

Descrição	2023	2022
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	49.591.735,10	46.821.363,37
Equipamentos de Tecnologia da Informação	176.971.537,36	168.692.777,61
Móveis e Utensílios	72.466.017,96	71.165.754,78
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.956.202,80	1.657.027,41
Obras de Arte e Peças para Exposição	494.070,07	481.080,07
Veículos	9.961.349,97	10.021.019,97
<b>Total</b>	<b>311.440.913,26</b>	<b>298.839.023,21</b>

**Quadro 9: Bens Móveis**

O gráfico 3 demonstra os bens móveis, onde se observa que 57% dos recursos estão concentrados em equipamentos de Tecnologia da Informação. Os bens de menor participação são obras de arte e materiais bibliográficos.



**Gráfico 3: Composição dos Bens Móveis**

Os bens imóveis consistem em edificações, terrenos, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, conforme se demonstra no quadro 10.

Descrição	2023	2022
Edificações	412.395.888,70	412.225.115,72
Terrenos	68.117.978,54	64.411.558,55
Instalações	21.570.918,08	18.891.608,89
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	18.727.611,60	18.723.614,10
<b>Total</b>	<b>520.812.396,92</b>	<b>514.251.897,26</b>

**Quadro 10: Bens Imóveis**

Os registros de movimentação dos bens, depreciação e amortização têm como base os dados fornecidos pela Divisão de Patrimônio/DMP. Contudo, nos exercícios 2010 e 2021 a 2023, foram contabilizados imóveis, tomando-se como base o PA nº 419359-2011.8, o art. 6º da Lei 8.067/1990 e as NBC T SP, considerando que as edificações já se encontravam em uso, sem registro de tombamento, conforme se demonstra no quadro 11.

Comarcas/Unidades	Edificações	Instalações
Araranguá	4.002.645,21	-
Blumenau	1.978.658,81	-
Caçador	1.578.252,06	393.206,33
Campos Novos	127.000,85	-
Capital	-	100.093,58
Criciúma	653.454,84	-
Ibirama	320.528,40	-
Ituporanga	78.767,62	-
Palhoça	11.517.796,41	170,00
Rio do Sul	32.938.194,44	-
Santa Cecília	80.087,66	-
Santo Amaro da Imperatriz	122.937,63	-
São José	12.000,00	-
Tribunal de Justiça - Torres I e II	509.612,80	-
Tubarão	494.820,97	-
<b>Total</b>	<b>54.414.757,70</b>	<b>493.469,91</b>

**Quadro 11: Bens Imóveis não Incorporados**

Os bens móveis e imóveis adquiridos em período anterior a 2010 foram reavaliados em 2015, nos termos da Resolução nº 34/2011 GP. O trabalho foi realizado por uma Comissão Especial, composta por servidores das áreas de Contabilidade, Engenharia, Tecnologia da Informação e Patrimônio. Os laudos foram entregues em dezembro de 2015, mas, não contabilizados devido a problemas no Sistema de Patrimônio.

Em 2023, foi realizada nova reavaliação dos bens imóveis, cujos valores estão evidenciados no quadro 12.

Especificação	Custo Aquisição	Depreciação	VLC	Reavaliação	Res. Reavaliação
Edificações	412.395.888,70	43.397.907,43	368.997.981,27	763.830.155,70	394.832.174,43
Terrenos	68.117.978,54	-	68.117.978,54	803.090.768,99	734.972.790,45
Instalações	21.570.918,08	3.178.531,08	18.392.387,00	-	-
<b>Total</b>	<b>502.084.785,32</b>	<b>46.576.438,51</b>	<b>455.508.346,81</b>	<b>1.566.920.924,69</b>	<b>1.129.804.964,88</b>

**Quadro 12: Quadro Resumo da Reavaliação**

Os registros da nova reavaliação ainda não foram efetuados, haja vista que os laudos estão sendo revistos, tendo em vista a ausência de alguns requisitos, como o valor residual e a reavaliação das instalações.

### 3.1.1.5 Intangível

No intangível estão registrados softwares adquiridos e os desenvolvidos desde o exercício 2010, no valor de R\$ 34.316.458,87, cuja amortização acumulada é de R\$ 23.892.611,93.

### 3.1.2 Passivo Circulante e Não Circulante

As obrigações com vencimento a curto e longo prazo estão registradas nas contas do passivo. As primeiras se referem, sobretudo, a depósitos judiciais e a precatórios, e as de longo prazo, a precatórios do próprio órgão.

#### 3.1.2.1 Valores Restituíveis

São compostos por recursos de terceiros, os quais deverão ser devolvidos a qualquer tempo. Por isso, seu registro é no grupo de contas de curto prazo. O quadro 13 apresenta a composição dessa conta.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Cauções	416.085,43	473.667,87
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	7.135.545.973,21	6.789.392.919,70
Depósitos para Pagamento de Precatórios do Estado	238.566.258,52	163.270.148,39
Depósitos para Pagamento de Precatórios de Municípios	248.431.303,91	23.839.710,16
Depósitos Diversos	1.624.941,14	787.568,79
<b>Total</b>	<b>7.624.584.562,21</b>	<b>6.977.764.014,91</b>

**Quadro 13: Valores Restituíveis**

O saldo mais representativo se refere aos depósitos judiciais, seguido dos depósitos para pagamento de precatórios, entregues por entes públicos, a fim de garantir os direitos dos credores. As cauções decorrem de garantias contratuais e os depósitos diversos são registros temporários e oriundos da rentabilidade dos precatórios e pagamentos devolvidos por inconsistências nos dados bancários.

### 3.1.2.2 Depósitos Judiciais

Esses depósitos decorrem de valores entregues à Justiça pelas partes em demandas processuais. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) os administra diretamente através do Sistema SIDEJUD, que mantém os valores em subcontas, conforme determinado em Juízo.

A conta bancária onde os depósitos são realizados é da Caixa Econômica Federal. Os recursos são aplicados no Fundo de investimento do Judiciário e a rentabilidade é destinada à remuneração das subcontas pelo índice dos depósitos de poupança do Banco Central (<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/remuneradepositospoupanca>). O excedente ou spread é empregado pelo TJSC em suas atividades, conforme definido na Resolução GP n. 42 de 26 de outubro de 2015.

O saldo bruto da conta Depósitos Judiciais é de 8,3 bilhões de reais. Entretanto, foram concedidos empréstimos de parte desses recursos ao Estado e a Municípios de Santa Catarina, os quais estão contabilizados em contas redutoras do passivo, resultando em um saldo líquido de 7,1 bilhões de reais.

Os empréstimos concedidos ao Estado e aos Municípios de Santa Catarina nos termos das Emendas Constitucionais 94/2016 e 99/2017 e da Lei Complementar Estadual nº 706/2017 estão demonstrados no quadro 14.

Entidade	Data Transferência	Saldo Atual
Estado de Santa Catarina	07/12/2017	1.025.346.732,84
Município de Araranguá	30/01/2018	4.372.198,24
Município de Chapecó	22/01/2018	15.213.490,64
Município de Criciúma	02/03/2018	22.992.203,27
Município de Florianópolis	30/01/2018	55.946.710,61
Município de Içara	20/12/2017	2.722.988,68
Município de Lauro Muller	27/07/2018	256.930,83
Município de Siderópolis	10/04/2018	1.081.099,28
Município de Tubarão	10/04/2018	16.866.671,93
<b>Total</b>		<b>1.144.799.026,32</b>

**Quadro 14: Depósitos Judiciais de Terceiros Disponibilizados aos Entes**

Tratam-se de valores depositados por terceiros em decorrência de decisão judicial. Por isso, os entes beneficiados deverão devolvê-los ao Poder Judiciário em parcelas mensais atualizadas, a partir de 31 de janeiro de 2025, conforme determina a Lei Estadual 704/2017, art. 7º, Inciso II.

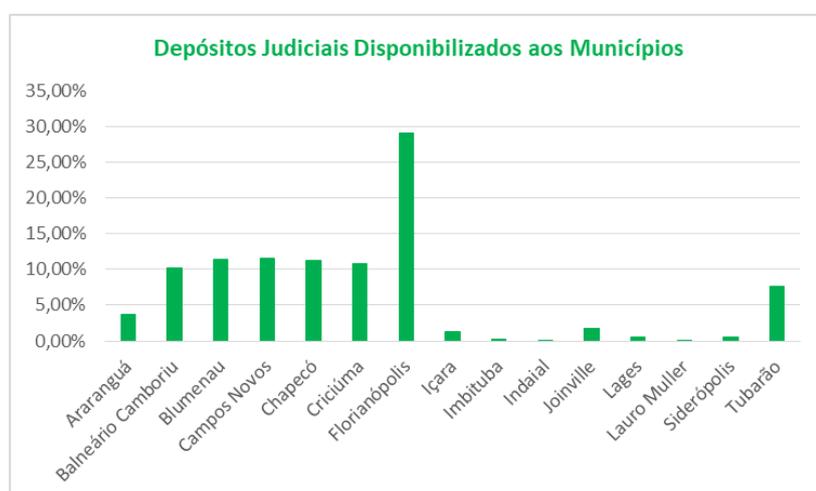
Os valores liberados com base na Lei Complementar 151/2015 e Lei 11.429/2006, conforme se demonstra no quadro 15, decorrem de demandas dos próprios entes. Os saques estão

limitados a 70% para os municípios e 80% para o Estado, mantendo-se um Fundo de Reserva, que vem sendo atualizado monetariamente em periodicidade mensal.

Ente Federado	Saldo dos depósitos (100%)	Valor da Transferência	Saldo Fundo de Reserva	% do Fundo de Reserva
Estado de Santa Catarina - PE	368.960.290,37	282.634.596,23	94.088.449,78	26%
Município de Araranguá	5.255.821,03	3.679.074,74	1.801.579,70	34%
Município de Balneário Camboriu	31.782.544,85	22.247.781,02	10.217.667,22	32%
Município de Blumenau	35.940.987,74	25.158.691,64	12.478.919,48	35%
Município de Campos Novos	36.320.472,43	25.424.330,72	11.957.254,00	33%
Município de Chapecó	12.881.494,41	9.592.051,94	4.081.028,07	32%
Município de Criciúma	1.112.485,97	823.668,99	373.835,71	34%
Município de Florianópolis	11.143.375,58	7.803.742,70	4.124.305,94	37%
Município de Imbituba	779.374,07	545.561,76	244.458,46	31%
Município de Indaial	36.015,39	25.210,78	12.511,88	35%
Município de Joinville	5.252.568,62	3.676.797,83	1.913.779,34	36%
Município de Lages	1.499.316,96	1.049.522,14	552.774,70	37%
<b>Total</b>	<b>510.964.747,42</b>	<b>382.661.030,49</b>	<b>141.846.564,28</b>	<b>28%</b>

**Quadro 15: Depósitos Judiciais Realizados pelos Entes**

O total de depósitos judiciais disponibilizados ao Estado de Santa Catarina é de 1,3 bilhão de reais e aos municípios, 219,5 milhões, cuja participação está demonstrada no gráfico 4.



**Gráfico 4: Depósitos Judiciais Convertidos em Precatórios.**

Esses valores não foram entregues aos entes, mas transferidos às contas especiais para o pagamento de precatórios. Essas contas são administradas pelo Poder Judiciário (<https://www.tjsc.ius.br/web/orcamento-e-financas/conversao-de-depositos-judiciais-em-pagamentos-de-precatorios>).

### 3.1.2.3 Precatórios

Precatório é uma requisição de pagamento expedida pela Justiça demandando a um órgão ou entidade pública que liquide determinada dívida, resultante de uma ação judicial transitada em julgado.

Os precatórios são pagos por ordem cronológica, conforme sua natureza. Primeiramente, são pagos os precatórios de natureza alimentar, considerados prioritários. Se enquadram nessa faixa as condenações cujos titulares possuem 60 anos ou mais de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou tenham deficiência, na forma da lei, até o valor equivalente ao triplo fixado pela legislação, de acordo com o disposto no § 3º do art. 100. Na sequência, estão os precatórios alimentares, decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, conforme o art. 100, § 2º, da Constituição Federal e, por fim, são pagos os demais.

No passivo, estão contabilizados os precatórios em que o próprio ente é a parte demandada, conforme se demonstra no quadro 16, e os precatórios do Estado e dos municípios, depositados em contas especiais em nome dos entes e administradas pelo Poder Judiciário Estadual.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Precatórios de Pessoal a CP	1.042.909,11	2.171.962,06
Precatórios de Fornecedores a CP	252.203,32	331.607,23
Precatórios de Pessoal a LP	5.047.632,14	5.549.149,20
Precatórios de Fornecedores Nacionais a LP	1.220.652,49	1.104.043,14
<b>Total</b>	<b>7.563.397,06</b>	<b>9.156.761,63</b>

**Quadro 16: Precatórios do Tribunal de Justiça a Pagar**

### 3.1.3 Patrimônio Líquido

Nesse grupo de contas são registrados ajustes referentes a exercícios anteriores, conforme se demonstra no quadro 17, e os resultados acumulados.

Descrição	Valor em R\$
Estorno da depreciação referente ao imóvel da Comarca de Canoinhas, pela baixa do imóvel para incorporação dos bens móveis, instalações e intangíveis entregues com a obra. A reincorporação não foi feita pelo valor líquido contábil. Por isso, o cálculo da depreciação teve novo início.	2.708.681,85
Estorno da depreciação de Outubro/2021 a Dezembro de 2022 dos bens 430286, 431176, 433645, 433646, 434108, 434307 e 434308 (Switch), devido a erro no processo de migração para o ERP.	70.076,52
Reclassificação entre contas, referente a reequilíbrio de preços não registrados no almoxarifado devido o sistema não estar preparado para contemplar a inclusão dos valores nos bens móveis estocados.	- 135.571,66
Reclassificação entre contas, devido a erro no relatório do Almoxarifado Anexo MCP 111 e inconsistência entre os relatórios de balancete de saída e o quadro unificado após a migração para o ERP.	- 5.350,77
<b>Total</b>	<b>2.637.835,94</b>

**Quadro 17: Ajuste de Exercícios Anteriores**

Após os ajustes, o Patrimônio Líquido apresentou resultados acumulados no valor de R\$ 1.317.188.824,72, enquanto, no exercício anterior, esse saldo era de R\$ 1.272.181.808,40, apresentando um acréscimo no resultado de 3,5%.

### 3.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Este demonstrativo é similar à Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) empresarial, porém, substitui o lucro pelo resultado patrimonial, como indicador de desempenho. As alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária são evidenciadas, pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD).

No quadro 18 se demonstra a DVP referente aos dois últimos exercícios.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)</b>	<b>3.801.966.337,39</b>	<b>3.430.115.672,67</b>
Receita de Serviços	8.436.643,38	7.508.811,79
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	463.419.748,84	400.028.161,62
Transferências Intragovernamentais	3.267.082.378,66	2.982.990.122,81
Outras Transferências e Delegações Recebidas	48.488.911,36	35.401.747,07
Ganhos com Incorporação de Ativos e Desinc. Passivos	5.902.214,62	798.631,56
Ganhos com Alienação de Ativos	139.444,00	297.036,49
Multas Administrativas	122.508,80	92.543,87
Indenizações e Restituições	8.374.487,73	2.998.617,46
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)</b>	<b>3.749.354.489,01</b>	<b>3.086.906.824,23</b>
Pessoal e Encargos	2.757.958.187,20	2.365.141.878,88
Remuneração a Pessoal	1.677.820.849,80	1.498.632.589,01
Encargos Patronais	372.896.800,24	343.018.113,63
Benefícios a Pessoal	227.773.311,26	218.515.529,99
Outras Variações - Pessoal e Encargos	479.467.225,90	304.975.646,25
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	596.897.741,69	450.334.421,97
Uso de Material de Consumo e Serviços	55.928.965,49	100.878.196,35
Depreciação, Amortização e Exaustão	33.006.014,68	29.940.160,18
Variações Monetárias e Cambiais	75.417,77	834.898,67
Transferências e Delegações Concedidas	79.658.675,51	19.715.289,04
Transferências Intragovernamentais	73.865.686,42	15.528.751,31
Transferências Inter Governamentais	60.000,00	60.000,00
Doações de Bens Móveis e Imóveis	5.732.989,09	4.126.537,73
Desv. e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.395.083,98	202.365,01
Inservibilidade de Bens	3.124.727,13	110.979,74
Desfalque de Bens	9.463,86	91.385,27
Desincorporação de Bens Imóveis	248.892,99	-
Perdas com Alienação de Bens Móveis	12.000,00	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	104.621,14	30.919,82
Indenizações e Restituições	222.329.781,55	119.828.694,31
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>52.611.848,38</b>	<b>343.208.848,44</b>

**Quadro 18: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).**

Este demonstrativo possibilita a análise das políticas adotadas, assim, identificar as alterações no patrimônio público, tendo em vista o atendimento às demandas da sociedade. Desse modo, cabe destacar que o Judiciário, tendo a prestação de serviços como atividade essencial, o maior investimento dos recursos ocorre com pessoal e encargos sociais, incluindo-se aí os benefícios previdenciários.

### 3.2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) têm origem nas contas de classe 4, cujas especificações são detalhadas no balancete de verificação.

Considerando-se o exercício anterior, verifica-se um aumento de 11% nas VPA. As variações de serviços decorrem da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento (59%), realizada pelo Banco do Brasil, das taxas de inscrição em concurso (36%) e de outros serviços administrativos (5%). Também verificou-se que os rendimentos de aplicações financeiras aumentaram 16%.

Conforme se demonstra no gráfico 5, a conta com valor mais expressivo é a de transferências intragovernamentais, que representam 86% das VPA.

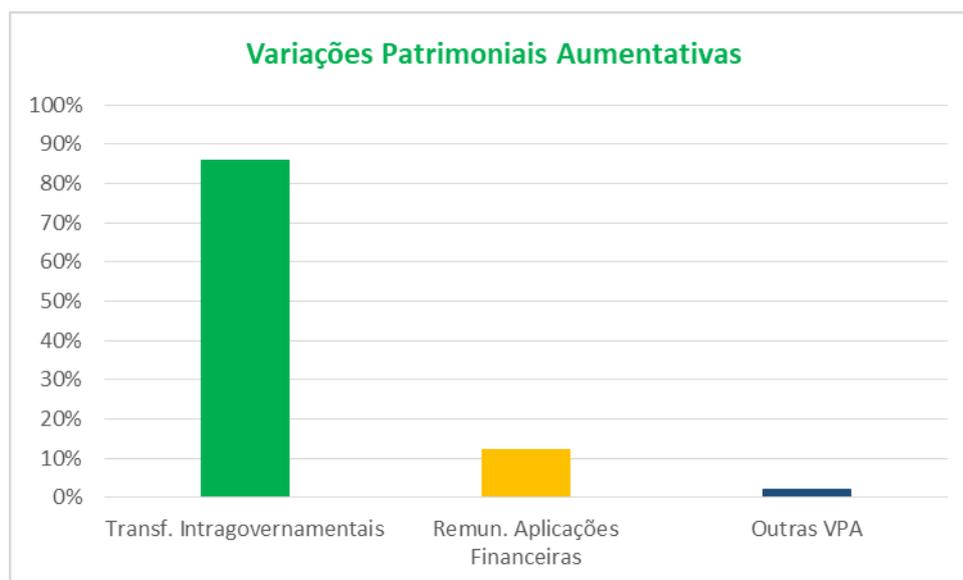


Gráfico 5: Composição das VPA

No Quadro 19, se apresenta o detalhamento das transferências intragovernamentais, onde se verifica que a participação na Receita Líquida do Estado (RLC) responde por 82% dos recursos recebidos e a descentralização de recursos para o pagamento de inativos, por 17%.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Participação na Receita Líquida Disponível	2.665.290.002,76	2.476.115.148,98
Cotas ref. indenizações e restituições	8.210.729,40	1.153.453,69
Descentralização de recursos para pagamento de inativos	569.873.579,47	418.781.267,17
Repasso ref. Devolução dos Poderes cfe. EC nº 109/2021	-	77.261.045,89
Arrecadação Financeira - SAT	-	1.375.634,24
Transferências entre contas bancárias	23.708.067,03	8.303.572,84
<b>Total</b>	<b>3.267.082.378,66</b>	<b>2.982.990.122,81</b>

Quadro 19: Transferências Intragovernamentais.

A participação na Receita Líquida Disponível do Estado (RLD) está descrita no quadro 20, onde se observa que um acréscimo de 7,6% em relação ao exercício anterior.

Período	2023	2022	Perc.
Janeiro	228.737.572,55	166.930.029,88	37,0%
Fevereiro	213.167.010,64	233.521.541,76	-8,7%
Março	213.469.926,10	234.491.707,80	-9,0%
Abril	209.054.176,88	195.509.664,44	6,9%
Maio	227.731.809,32	232.628.488,52	-2,1%
Junho	221.315.655,88	226.329.415,03	-2,2%
Julho	223.343.231,75	202.085.055,83	10,5%
Agosto	219.488.997,62	201.823.476,28	8,8%
Setembro	220.332.497,84	195.493.555,54	12,7%
Outubro	226.389.664,10	196.866.348,23	15,0%
Novembro	228.863.181,30	197.398.883,48	15,9%
Dezembro	233.396.278,78	193.036.982,19	20,9%
<b>Total</b>	<b>2.665.290.002,76</b>	<b>2.476.115.148,98</b>	<b>7,6%</b>

Quadro 20: Participação na RLD

O gráfico 6 demonstra a evolução da participação na Receita Líquida Disponível do Estado.

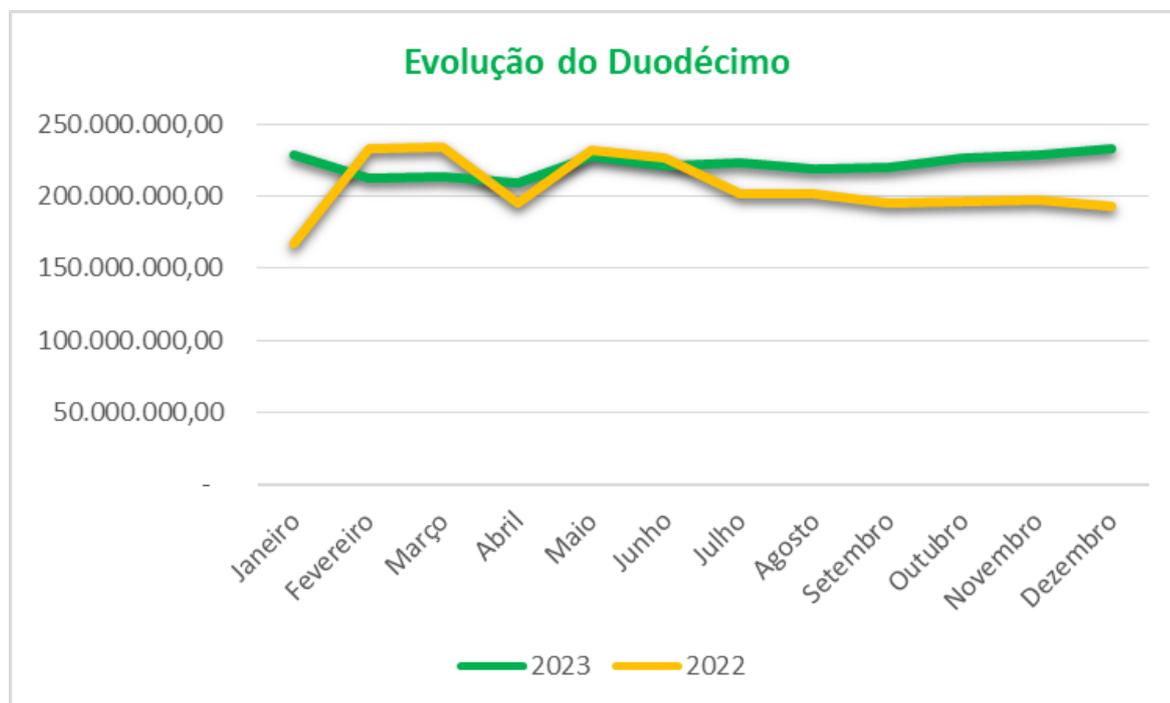


Gráfico 6: Participação na Receita Líquida Disponível

No primeiro semestre de 2023, verificou-se queda na arrecadação, o que refletiu diretamente na participação dos órgãos na RLD, principalmente nos meses de fevereiro e março. As transferências recebidas em janeiro decorrem da arrecadação ocorrida em dezembro. No entanto, no segundo semestre os índices demonstraram recuperação na arrecadação, levando a uma variação positiva de 7,6%, haja vista que as VPA superaram as VPD em 1,4%. Porém, no exercício anterior, esse percentual foi de 11%.

### 3.2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) ou despesas patrimoniais têm origem nas contas de classe 3 apresentadas detalhadamente no balancete de verificação.

As VPD, descritas por natureza, estão demonstradas no quadro 21.

ESPECIFICAÇÕES	2023	2022
Pessoal e Encargos	2.757.958.187,20	2.365.141.878,88
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	596.897.741,69	450.334.421,97
Uso de Material de Consumo e Serviços	55.928.965,49	100.878.196,35
Depreciação, Amortização e Exaustão	33.006.014,68	29.940.160,18
Variações Monetárias e Cambiais	75.417,77	834.898,67
Transferências e Delegações Concedidas	79.658.675,51	19.715.289,04
Inservibilidade de bens e outras variações	3.395.083,98	202.365,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	104.621,14	30.919,82
Indenizações e Restituições	222.329.781,55	119.828.694,31
<b>Total</b>	<b>3.749.354.489,01</b>	<b>3.086.906.824,23</b>

Quadro 21: Variações Patrimoniais Diminutivas

O gráfico 7 apresenta a relação entre as VPDs por natureza de gasto.

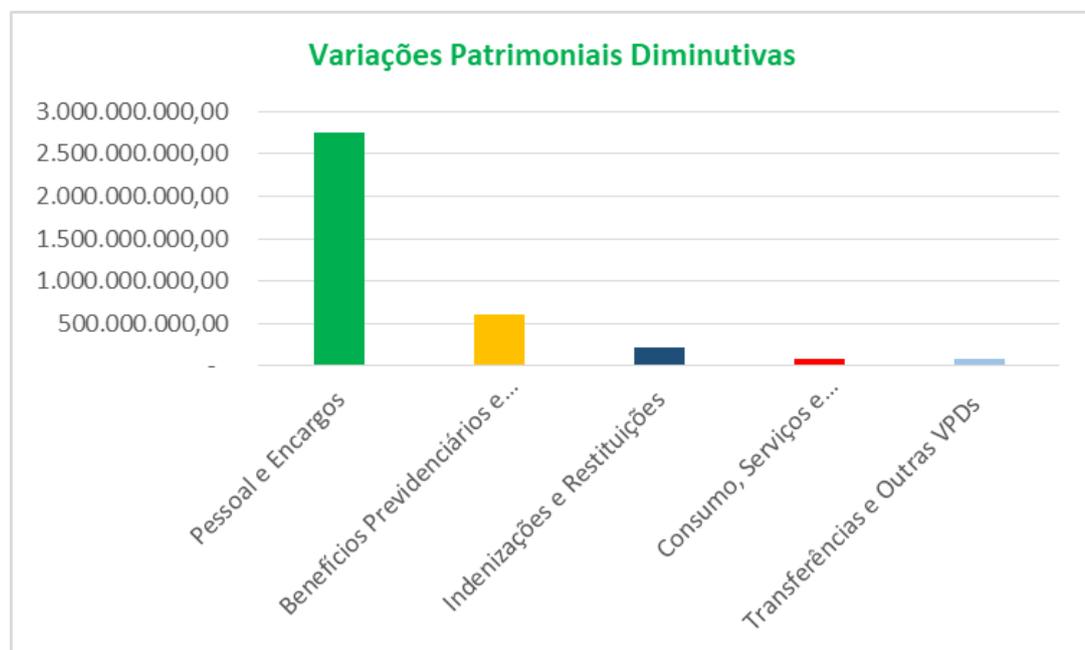


Gráfico 7: VPD por natureza de Despesa

As variações patrimoniais diminutivas aumentaram 21,5% em relação ao exercício anterior. As VPD com pessoal e encargos são as mais expressivas, representando 74% do total, e sofreram um acréscimo de 16,6%, atingindo em valores nominais 392,8 milhões de reais. As demais variações juntas tiveram um incremento de aproximadamente 270 milhões de reais, sendo que, os benefícios previdenciários, segunda maior variação diminutiva, respondem por 16%, seguidos de indenizações e restituições (6%).

### 3.3 BALANÇO FINANCEIRO

Este demonstrativo está fundamentado no art. 103 da Lei 4.320/64, apresentando os ingressos e desembolsos de natureza orçamentária e extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa e equivalentes de caixa do exercício anterior e os que transferem saldos para o exercício seguinte. É composto por um único quadro e sua finalidade principal é evidenciar a totalidade das movimentações financeiras de entrada e saída que impactam o caixa e equivalentes de caixa, possibilitando a apuração do resultado financeiro.

O quadro 22 apresenta este demonstrativo referente aos dois últimos exercícios, de modo que os resultados podem ser confirmados com a conta caixa e equivalentes de caixa apresentadas no Balanço Patrimonial.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>INGRESSOS</b>		
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>472.786.021,79</b>	<b>410.406.044,42</b>
Ordinária	37.839.974,82	364.973.283,40
Vinculada	434.946.046,97	45.432.761,02
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	648.500,00	900.650,60
Outras Vinculações de Recursos	434.297.546,97	44.532.110,42
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>3.267.082.378,66</b>	<b>2.982.990.122,81</b>
Transf. Recebidas para a Execução Orçamentária	3.243.374.311,63	2.973.310.915,73
Transf. Recebidas Indep. da Execução	23.708.067,03	9.679.207,08
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>17.007.064.122,20</b>	<b>7.170.886.574,30</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	13.994.749,23	10.672.361,23
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	194.620,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.993.069.372,97	7.160.019.592,81
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>7.587.913.020,95</b>	<b>6.742.489.226,16</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	7.587.913.020,95	6.742.489.226,16
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>28.334.845.543,60</b>	<b>17.306.771.967,69</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>		
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>3.632.221.092,00</b>	<b>3.032.424.394,10</b>
Ordinária	2.706.532.961,99	2.648.611.324,08
Vinculada	925.688.130,01	383.813.070,02
Recursos Vinculados à Previdência Social	528.592.619,28	381.027.276,16
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	1.401.129,02
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	-	1.384.664,84
Outras Vinculações de Recursos	397.095.510,73	-
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>65.654.957,02</b>	<b>14.375.297,62</b>
Transf. Concedidas p/ Execução Orçamentária	40.254.982,92	4.696.090,54
Transf. Concedidas Indep. Da Execução	23.708.067,03	9.679.207,08
Transferências Concedidas Aportes RPPS	1.691.907,07	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>16.352.874.871,68</b>	<b>6.672.059.255,02</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	6.626.046,01	15.974.019,15
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.346.248.825,67	6.656.085.235,87
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>8.284.094.622,90</b>	<b>7.587.913.020,95</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	8.284.094.622,90	7.587.913.020,95
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>28.334.845.543,60</b>	<b>17.306.771.967,69</b>

Quadro 22: Balanço Financeiro

As receitas ordinárias são classificadas como não vinculadas, ou seja, são livres de alocação entre a origem e a aplicação dos recursos, podendo atender quaisquer finalidades, conforme se apresenta no quadro 23.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	DESCRIÇÃO	SALDO
1321.01.0.1.54 1.501.282.000	Remuneração de Disp. Bancária	29.123.799,88
1361.01.1.1.02 1.501.260.000	Manutenção da Folha de Pagamento	5.009.838,08
1611.02.0.1.02 1.501.240.000	Taxas de concurso público	3.038.024,01
1911.08.0.1.03 1.501.269.000	Outras Receitas - Taxas diversas	121.210,09
1911.09.0.1.02 1.501.269.000	Outras Receitas - Taxas diversas	2.668,44
1921.03.0.1.03 1.501.269.000	Outras Receitas - Taxas diversas	82.570,76
1922.06.3.1.30 1.501.269.000	Outras Receitas - Taxas diversas	74.452,00
1999.99.2.1.99 1.501.269.000	Outras Receitas - Taxas diversas	400.410,91
<b>Total</b>		<b>37.852.974,17</b>

**Quadro 23: Receitas Orçamentárias Ordinárias**

No exercício anterior, todas as receitas de aplicações financeiras estavam classificadas como ordinárias. Porém, com as alterações das fontes de recursos implementadas em 2023, as remunerações dos depósitos judiciais e dos precatórios passaram a ser classificadas como receitas vinculadas, conforme se demonstra no quadro 24.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	DESCRIÇÃO	SALDO
1321.01.0.1.58 1.799.283.000	Remuneração Spread SIDEJUD	426.737.695,71
1321.01.0.1.11 1.799.282.096	Spread Precatórios Estado	6.702.790,97
1321.01.0.1.11 1.799.282.094	Spread de Precatórios-Municípios	855.462,28
2213.01.0.1.02 1.756.298.000	Receita de Leilão de Veículos	648.500,00
1922.06.3.1.15 1.799.283.000	Remuneração Spread SIDEJUD	1.598,01
<b>Total</b>		<b>434.946.046,97</b>

**Quadro 24: Receitas Orçamentárias Vinculadas**

A participação na RLD do Estado está registrada na conta Transferências Recebidas para Execução Orçamentária. Os depósitos restituíveis e valores vinculados incluem, sobretudo, os recebimentos e pagamentos de depósitos judiciais e precatórios do Estado e Municípios.

A despesa orçamentária está totalizada pelo montante empenhado no exercício, do qual, aproximadamente, 14 milhões de reais não foram liquidados, sendo inscritos em restos a pagar, constando também em Recebimentos Extraorçamentários.

### 3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É composto pelos quadros da Receitas Orçamentárias, que adota o regime de caixa (quadro 25); Despesas Orçamentárias (quadro 26) e Restos a Pagar não Processados, pelo regime de competência (quadro 28).

#### 3.4.1 Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias previstas, atualizadas e arrecadadas estão demonstradas no quadro 25.

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>244.668.414,00</b>	<b>244.668.414,00</b>	<b>472.137.521,79</b>	<b>227.469.107,79</b>
Receita patrimonial	240.780.265,00	240.780.265,00	468.429.586,92	227.649.321,92
Receita de serviços	3.000.000,00	3.000.000,00	3.038.024,01	38.024,01
Outras Receitas Correntes	888.149,00	888.149,00	669.910,86	218.238,14
<b>Receitas de Capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>648.500,00</b>	<b>648.500,00</b>
Alienação de bens	-	-	648.500,00	648.500,00
<b>Total Receitas</b>	<b>244.668.414,00</b>	<b>244.668.414,00</b>	<b>472.786.021,79</b>	<b>228.117.607,79</b>
<b>Déficit</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.159.435.070,21</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>244.668.414,00</b>	<b>244.668.414,00</b>	<b>3.632.221.092,00</b>	<b>228.117.607,79</b>
<b>Superávit Financeiro</b>	<b>-</b>	<b>298.220.848,92</b>	<b>281.210.919,88</b>	<b>-</b>

Quadro 25: Receitas Orçamentárias

A principal receita corrente é a patrimonial e decorre, principalmente, da remuneração de aplicações financeiras. As receitas de serviços e outras receitas correntes são oriundas da arrecadação de taxas judiciais, concursos, multas contratuais e outras.

O déficit orçamentário, no valor de 3,2 bilhões de reais, resultou da diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. Isso ocorre, principalmente, porque parte significativa dos recursos decorre da participação do judiciário na Receita Líquida Disponível (RLD), arrecadada pelo Tesouro do Estado e repassada ao Tribunal, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo percentual é de 9,41%. Em 2023, a participação na RLD foi de, aproximadamente, 2,7 bilhões de reais.

### 3.4.2 Despesas Orçamentárias

O Balanço orçamentário apresenta o quadro das despesas orçamentárias individualizadas em correntes e de capital, conforme se demonstra no quadro 26.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>Despesas correntes</b>	<b>2.937.967.623,00</b>	<b>3.776.861.158,24</b>	<b>3.629.764.911,50</b>	<b>3.616.282.162,27</b>	<b>3.616.282.162,27</b>	<b>147.096.246,74</b>
Pessoal/enc.sociais	2.425.074.533,00	3.219.084.113,40	3.086.568.340,06	3.086.568.340,06	3.086.568.340,06	132.515.773,34
Out. desp. correntes	512.893.090,00	557.777.044,84	543.196.571,44	529.713.822,21	529.713.822,21	14.580.473,40
<b>Desp.de Capital</b>	<b>3.450.726,00</b>	<b>4.446.513,11</b>	<b>2.456.180,50</b>	<b>1.944.180,50</b>	<b>1.944.180,50</b>	<b>1.990.332,61</b>
Investimentos	3.450.726,00	4.446.513,11	2.456.180,50	1.944.180,50	1.944.180,50	1.990.332,61
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>2.941.418.349,00</b>	<b>3.781.307.671,35</b>	<b>3.632.221.092,00</b>	<b>3.618.226.342,77</b>	<b>3.618.226.342,77</b>	<b>149.086.579,35</b>
Superávit	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.941.418.349,00</b>	<b>3.781.307.671,35</b>	<b>3.632.221.092,00</b>	<b>3.618.226.342,77</b>	<b>3.618.226.342,77</b>	<b>149.086.579,35</b>

Quadro 26: Despesas Orçamentárias

A dotação inicial foi atualizada em 10%, com créditos suplementares. Não ocorreram créditos especiais ou extraordinários. Os créditos não utilizados totalizaram 149 milhões de reais, equivalentes a 4% da dotação atualizada. A despesa empenhada foi superior à liquidada em 1%, restando 14 milhões, inscritos em restos a pagar não processados, cujo saldo não liquidado até 31 de março de 2024 será cancelado.

O quadro 27 apresenta as despesas orçamentárias a partir da dotação atualizada, onde observa-se que foram empenhadas 96% das despesas orçadas e pagas 100% das despesas liquidadas. Das despesas totais, 85% são destinadas a pessoal e encargos sociais.

Grupo de Natureza	Dotação Atual	Empenhado	Perc.	Liquidado	Perc.	Pago	Perc.
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.219.084.113,40	3.086.568.340,06	96%	3.086.568.340,06	100%	3.086.568.340,06	100%
3 - Outras Despesas Correntes	557.777.044,84	543.196.571,44	97%	529.713.822,21	98%	529.713.822,21	100%
4 - Despesas de Capital	4.446.513,11	2.456.180,50	55%	1.944.180,50	79%	1.944.180,50	100%
<b>Total</b>	<b>3.781.307.671,35</b>	<b>3.632.221.092,00</b>	<b>96%</b>	<b>3.618.226.342,77</b>	<b>100%</b>	<b>3.618.226.342,77</b>	<b>100%</b>

Quadro 27: Demonstrativo da Execução das Despesas Orçamentárias

Em 2021 e 2022, foram inscritos em RPP 631,8 e 194,6 mil reais, respectivamente, totalizando 826,4 mil reais, cancelados em 2023, referentes a benefícios previdenciários do pessoal extrajudicial (serventuários de cartórios extrajudiciais aposentados pelo RPPS), cujos recursos são cobertos pelo Poder Executivo. Essa despesa continua pendente de pagamento, tendo em vista que os recursos não foram recebidos e a obrigação é do Tesouro do Estado.

A execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) está demonstrada no quadro 28.

ESPECIFICAÇÃO	RPNP INSCRITOS		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Ex. Anter.	Em 31/Dez/2022				
<b>Despesas Correntes</b>	-	<b>10.243.081,23</b>	<b>6.537.846,01</b>	<b>6.537.846,01</b>	<b>3.705.235,22</b>	-
Pessoal/Encargos Sociais	-	25.685,19	-	-	25.685,19	-
Outras Desp. Correntes	-	10.217.396,04	6.537.846,01	6.537.846,01	3.679.550,03	-
<b>Despesas de Capital</b>	-	<b>429.280,00</b>	<b>88.200,00</b>	<b>88.200,00</b>	<b>341.080,00</b>	-
Investimentos	-	429.280,00	88.200,00	88.200,00	341.080,00	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>10.672.361,23</b>	<b>6.626.046,01</b>	<b>6.626.046,01</b>	<b>4.046.315,22</b>	-

Quadro 28: Demonstrativo de Restos a Pagar Não Processados

Do total de RPNP, 62% foram liquidados e pagos e o restante (38%), cancelado. Referente às despesas correntes, foram cancelados 36%, enquanto das despesas de capital, 79%. Destaca-se que, esses recursos somente poderão ser utilizados no orçamento de 2024.

No quadro 29, demonstra-se o resultado orçamentário do exercício, onde são consideradas as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

RECEITAS			DESPESAS		
Descrição	Valor	%	Descrição	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>472.137.521,79</b>	<b>13%</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>3.629.764.911,50</b>	<b>100%</b>
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	-	0%	Pessoal e Encargos Sociais	3.086.568.340,06	85%
Receita Patrimonial	468.429.586,92	13%	Outras Despesas Correntes	543.196.571,44	15%
Outras Receitas Correntes	669.910,86	0%			
Receita de Serviços	3.038.024,01	0%			
<b>Receitas de Capital</b>	<b>648.500,00</b>	<b>0%</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.456.180,50</b>	<b>0%</b>
Alienação de Bens	648.500,00	0%	Investimentos	2.456.180,50	0%
<b>Subtotal</b>	<b>472.786.021,79</b>	<b>13%</b>	<b>Subtotal</b>	<b>3.632.221.092,00</b>	<b>100%</b>
<b>Déficit</b>	<b>3.159.435.070,21</b>	<b>87%</b>	<b>Superávit</b>	<b>-</b>	
<b>Total</b>	<b>3.632.221.092,00</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>3.632.221.092,00</b>	<b>100%</b>

**Quadro 29: Resultado orçamentário**

Verifica-se que o resultado é deficitário, pois, os repasses decorrentes da participação na Receita Líquida Disponível (RLD) são a principal fonte de recursos dessa unidade gestora, sendo a receita lançada no Tesouro do Estado, onde ocorre a arrecadação.

### 3.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Essa demonstração é composta pelos quadros principal (quadro 29), de transferências recebidas e concedidas (quadro 30), desembolsos de pessoal e demais despesas por função (quadro 31) e de juros e encargos da dívida.

Apresenta os fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, decorrentes das entradas e saídas de caixa relacionadas à execução orçamentária do próprio órgão e as movimentações relacionadas a transferências intraorçamentárias, resultando na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa consistem nas entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa, incluindo o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa. Caixa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, enquanto equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que não oferecem riscos.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>3.739.219.900,45</b>	<b>3.392.495.516,63</b>
Receita Patrimonial	5.009.838,08	4.823.223,04
Receita de Serviços	3.038.024,01	2.421.217,01
Remuneração das Disponibilidades	463.419.748,84	400.028.161,62
Outras Receitas Derivadas e Originárias	669.910,86	2.232.792,15
Outros ingressos operacionais	3.267.082.378,66	2.982.990.122,81
<b>Desembolsos</b>	<b>3.688.474.965,30</b>	<b>3.038.969.840,48</b>
Pessoal e demais despesas	3.296.284.206,24	2.724.806.807,44
Transferências concedidas	326.535.802,04	299.787.735,42
Outros desembolsos operacionais	65.654.957,02	14.375.297,62
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)</b>	<b>50.744.935,15</b>	<b>353.525.676,15</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>648.500,00</b>	<b>900.650,60</b>
Alienação de bens	648.500,00	900.650,60
<b>Desembolsos</b>	<b>2.032.380,50</b>	<b>12.936.888,90</b>
Aquisição de ativo não circulante	2.030.410,50	12.749.275,21
Outros desembolsos de investimentos	1.970,00	187.613,69
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)</b>	<b>- 1.383.880,50</b>	<b>- 12.036.238,30</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II)</b>	<b>49.361.054,65</b>	<b>341.489.437,85</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	610.149.006,04	268.659.568,19
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	659.510.060,69	610.149.006,04

#### Quadro 29: Demonstração dos Fluxos de Caixa

No quadro 29, verifica-se que o ingresso de recursos foi superior ao desembolso, resultando em uma geração líquida de caixa de 49,4 milhões de reais. Porém, no exercício anterior, essa geração atingiu 341,5 milhões de reais. Ao se analisar os fluxos, observa-se uma queda de 10,9 milhões nos desembolsos de investimento e aumento de 346,7 milhões nos ingressos operacionais

relacionados ao aumento dos desembolsos operacionais em 649,5 milhões, levando à queda significativa da capacidade de geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

O quadro 30 demonstra somente as transferências concedidas, haja vista que apresenta saldo zero para as transferências recebidas.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	2023	2022
Intragovernamentais	326.475.802,04	299.727.735,42
Outras transferências concedidas	60.000,00	60.000,00
<b>Total das Transferências Correntes Concedidas</b>	<b>326.535.802,04</b>	<b>299.787.735,42</b>

**Quadro 30: Demonstrativo das transferências recebidas e concedidas**

No quadro 31 estão especificadas as despesas de pessoal e demais despesas, individualizadas por função.

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Judiciária	2.726.530.024,85	2.306.025.540,27
Previdência Social	569.754.181,39	418.781.267,17
<b>Total Desembolsos Pessoal e Demais Despesas por função</b>	<b>3.296.284.206,24</b>	<b>2.724.806.807,44</b>

**Quadro 31: Demonstrativo de Desembolsos de Pessoal e demais Despesas por Função**

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa e a conciliação dos valores da Demonstração dos Fluxos de Caixa com os respectivos itens do balanço patrimonial estão demonstrados no quadro 32.

Conta Bancária	Fonte de Recursos	Caixa e Equivalentes de Caixa		
		BP	DFC	Recursos Terceiros
001 035823 0000300004	1.500.100.000	6.512,88	6.512,88	-
001 035823 0000300004	1.501.101.000	8.210.729,40	8.210.729,40	-
001 035823 0000300004	1.501.240.000	2.492.486,01	2.492.486,01	-
001 035823 0000300004	1.501.260.000	5.009.838,08	5.009.838,08	-
001 035823 0000300004	1.501.269.000	668.312,85	668.312,85	-
001 035823 0000300004	1.501.282.000	29.103.786,44	29.103.786,44	-
001 035823 0000300004	1.756.298.000	648.500,00	648.500,00	-
001 035823 0000330000	1.799.282.094	846.515,05	846.515,05	-
001 035823 0000330000	1.799.282.096	2.610.749,30	2.610.749,30	-
001 035823 0000330000	1.799.283.000	233.086.475,49	233.086.475,49	-
001 035823 0000300004	2.501.101.000	7.387.651,76	7.387.651,76	-
001 035823 0000300004	2.501.240.000	4.699.384,90	4.699.384,90	-
001 035823 0000300004	2.501.260.000	18.108.444,16	18.108.444,16	-
001 035823 0000300004	2.501.269.000	2.689.099,02	2.689.099,02	-
001 035823 0000300004	2.501.282.000	37.085.704,74	37.085.704,74	-
001 035823 0000300004	2.755.198.000	311.500,80	311.500,80	-
001 035823 0000300004	2.756.298.000	3.301.464,26	3.301.464,26	-
001 035823 0000300004	2.760.282.062	34.394.256,33	34.394.256,33	-
001 035823 0000330000	2.799.282.094	6.165.043,01	6.165.043,01	-
001 035823 0000330000	2.799.283.000	262.683.606,21	262.683.606,21	-
104 008796 0000000239	1.860.999.000	248.431.303,91	-	248.431.303,91
104 008796 0000000247	1.860.999.000	238.566.258,52	-	238.566.258,52
001 035823 0000380008	1.861.999.000	2.392,13	-	2.392,13
104 008796 0000000077	1.861.999.000	7.135.543.581,08	-	7.135.543.581,08
001 035823 Ctas Poupança	1.862.999.000	2.041.026,57	-	2.041.026,57
<b>TOTAL</b>		<b>8.284.094.622,90</b>	<b>659.510.060,69</b>	<b>7.624.584.562,21</b>

**Quadro 32: Demonstrativo de Conciliação dos Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa**

A conta caixa e equivalentes de caixa é composta por depósitos de recursos próprios e temporários de terceiros, realizados em contas correntes do Banco do Brasil; depósitos de cauções contratuais, em contas poupança no referido banco, e os depósitos de precatórios do Estado e dos municípios, em contas especiais da Caixa Econômica Federal.

Os valores da conta caixa e equivalentes de caixa são aplicados no mercado financeiro, conforme evidencia o quadro 33.

Conta Bancária	Conta Corrente	Conta Poupança	Fundo RF CP Diferenciado	Fundo DI TP FI	Fundo FI FTJ Renda Fixa	Total
001 035823 0000058211	-	88.810,41	-	-	-	88.810,41
001 035823 0000062154	-	75,39	-	-	-	75,39
001 035823 0000062618	-	31.511,17	-	-	-	31.511,17
001 035823 0000064076	-	5.987,95	-	-	-	5.987,95
001 035823 0000064270	-	4.196,94	-	-	-	4.196,94
001 035823 0000410004	-	152.759,37	-	-	-	152.759,37
001 035823 0000421006	-	34.417,00	-	-	-	34.417,00
001 035823 0038002361	-	70.524,40	-	-	-	70.524,40
001 035823 0038002981	-	11.301,99	-	-	-	11.301,99
001 035823 0038003317	-	16.500,81	-	-	-	16.500,81
001 035823 0000300004	-	-	98.572,90	154.039.877,28	-	154.138.450,18
001 035823 0000330000	-	-	155.210,15	505.237.178,91	-	505.392.389,06
001 035823 0000380008	2.392,13	-	-	-	-	2.392,13
104 008796 0000000077	893.097,20	-	-	-	7.134.650.483,88	7.135.543.581,08
104 008796 0000000239	1.630,79	-	-	-	248.429.673,12	248.431.303,91
104 008796 0000000247	3.198,06	-	-	-	240.167.223,05	240.170.421,11
<b>Total</b>	<b>900.318,18</b>	<b>416.085,43</b>	<b>253.783,05</b>	<b>659.277.056,19</b>	<b>7.623.247.380,05</b>	<b>8.284.094.622,90</b>

**Quadro 33: Demonstrativo de Investimentos dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os depósitos das cauções contratuais estão depositados em contas poupança e são remunerados pela Taxa Referencial (TR) e pela SELIC, de acordo com os índices aplicados pelo Banco Central e rentabilidade mensal. A liberação dos recursos ocorre ao final do recebimento do objeto contratado ou, pode ser revertido em receita, em caso de descumprimento contratual.

Os decorrentes dos depósitos judiciais e precatórios são aplicados no Fundo de Investimento CAIXA FTJ, de “Renda Fixa”, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, figurando, como cotista, o Poder Judiciário e a Caixa Econômica Federal, como administradora. A carteira de ativos financeiros é diversificada, com taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, inexistindo garantia ou promessa de rentabilidade. O prazo médio da carteira pode ser superior a 365 dias. Os ativos financeiros estão expostos diretamente ao risco das variações das taxas de juros e sujeitos às oscilações decorrentes do ágio/deságio dos títulos. A carteira é composta integralmente de títulos de emissão do Tesouro Nacional, podendo ocorrer redução da rentabilidade ou mesmo perda do capital investido. A taxa de administração é de 0,08% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo. Esse fundo possui contabilidade própria.

#### 4 PRÁTICAS DE CONFORMIDADE DE GESTÃO E CONTÁBIL

A conformidade contábil e de gestão é realizada diariamente, sendo parte integrante das atividades sob a responsabilidade das equipes da Divisão de Contabilidade, vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF). Nesse sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- Conformidade da Documentação Comprobatória da Despesa: a conformidade dos documentos comprobatórios das despesas, como, empenhos, notas fiscais, retenções tributárias e outros documentos inerentes, é realizada pela Divisão de Contabilidade através das Seções de Liquidação de Despesas e Seção de Retenções Tributárias. Essas verificações fazem parte da rotina diária das seções e a despesa só é liquidada e encaminhada para pagamento após a regularidade da documentação. Tratam-se de procedimentos não formalizados no sistema SIGEF, tendo em vista que o Tribunal de Justiça segue metodologia diferenciada da utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- Obrigações Acessórias: todas as obrigações acessórias das unidades gestoras FRJ e TJSC foram cumpridas integralmente, utilizando o CNPJ 83.845.701/0001-59, tanto as municipais quanto as federais. Foram apresentadas mensalmente declarações fiscais de retenção e substituição de ISSQN a 113 municípios do Estado de Santa Catarina. A EFD-REINF, o E-Social e a DCTFWEB foram mensalmente, a partir da exigência legal, enquanto a DCTF sem movimento e a DIRF, anualmente, exceto os arquivos de retificação, enviados conforme a necessidade.
- PASEP: as obrigações decorrentes do pagamento do Pasep são realizadas pelo Poder Executivo. Os valores do Pasep sob a responsabilidade do TJSC foram encaminhados ao Tesouro do Estado, por descentralização financeira, tendo em vista que o recolhimento ocorre de forma centralizada;
- Conciliação Bancária: a conciliação bancária foi realizada pela Divisão de Tesouraria, vinculada à DOF. Verificou-se que todos os registros de saída e entrada de valores financeiros foram devidamente conciliados, não havendo diferenças de saldos entre os registros apresentados pela contabilidade e os constantes nos extratos bancários.

## 5 REGULARIDADE DE INVENTÁRIO

Os materiais e bens do poder judiciário são administrados pela Diretoria de Material e Patrimônio (DMP). A mesma diretoria é responsável por realizar anualmente o inventário dos materiais em almoxarifado e bens em estoque e patrimoniais.

Para a realização do inventário dos materiais e bens em estoque, foi constituída Comissão Especial, composta por servidores lotados nas Divisões de Almoxarifado e Patrimônio da DMP. Foram designados os seguintes membros:

- Hilário Aquino da Costa, TJA lotado na DMP/DP Seção de Registro Patrimonial;
- Marcos Antônio de Lima, AAA lotado na DMP/DP Seção de Registro Patrimonial;
- Walmor Grando, TJA lotado na DMP/Divisão de Almoxarifado;
- Daniela Montanha de M. Oliveira, TJA lotada na DMP/DA Seção de Recebimento de Material;
- Luiz Artur Napoleao, TJA lotado na DMP/DA Seção de Atendimento e Expedição de Materiais.

Após a conclusão dos trabalhos, a comissão emitiu e assinou a declaração de regularidade do inventário dos materiais e bens móveis em almoxarifado

O inventário dos bens patrimoniais é realizado anualmente, entre os meses de junho e agosto, pelos chefes de setores onde os bens estão lotados. O inventário dos bens intangíveis fica sob a incumbência da Diretoria de Informática. Porém, as declarações de inventário físico de bens móveis permanentes e da existência de bens intangíveis foram assinadas pela diretora da Diretoria de Material e Patrimônio e pelo Diretor Geral Administrativo. As declarações foram anexadas às demonstrações contábeis encaminhadas ao TCE-SC na Prestação de Contas Anual.

**Contadora do Tribunal de Justiça**

**CRC/SC 021875**